Estratégia
CONCURSOS

Aul

Sociologia p/ PM-RJ (Soldado) Com Videoaulas - 2020

Professor: Raphael de Oliveira Reis

Sumário

1. Introdução à sociologia 3

1.2 O Estudo da Sociologia 3

1.3 Comunidade 6

1.4 Direitos e Cidadania 9

1.5 Agrupamentos Sociais 15

1.6 Fundamentos Econômicos da Sociedade 17

2. Exercícios 23

2.1 Lista de Exercícios 23

2.2 Gabarito 31

2.3 Exercícios Comentados 32

Contatos com o Professor 44

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, tudo bem?

Aqui é o Professor Raphael Reis. Estou muito feliz em estar com você ao longo de sua preparação para o concurso da PM-RJ. É uma honra poder contribuir com o seu objetivo. Desde já, saiba que estou à sua disposição.

O presente curso está estruturado em três aulas, nas quais abordaremos as Noções de Sociologia.

Cabe ressaltar que o presente curso está no contexto de pré-edital, portanto ainda não sabemos ao certo qual será a banca. Dessa forma, irei seguir o conteúdo que foi cobrado no último certame.

APRESENTAÇÃO PESSOAL

Por fim, resta uma breve apresentação pessoal. Meu nome é Raphael Reis! Sou graduado em História (UFJF), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Social (UFJF), MBA em Organização de Campanha Eleitoral (UMINTER) e Mestre em Sociologia da Educação (UFJF).

Quanto à atividade de professor, leciono desde 2007. No mundo de concursos tenho destaque nacional nas provas discursivas da banca FCC, considerada a prova de redação mais difícil do Brasil! Atualmente, leciono cursos de História do Brasil, História Geral, Filosofia, Sociologia, Redação e Recursos para diversos concursos e bancas.

Se você não quiser passar os domingos de forma tediosa rsrs, fica um convite especial: todos os domingos, às 21h, no meu canal do YouTube, tenho o programa ao vivo "Café Filosófico com o Rapha", no qual debato temas da atualidade ;)

Sigam-me os bons!

E-mail: profraphaelreis@gmail.com

Instagram: @profraphaelreis

YouTube: Professor Raphael Reis

Lista de e-mail: Clique *AQUI*

1. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

1.2 O Estudo da Sociologia

A Sociologia, assim como as demais áreas das ciências humanas procura compreender e explicar as continuidades e/ou rupturas que acontecem nas sociedades, podendo apontar "pistas e caminhos" sobre os rumos das mudanças e soluções para determinadas problemáticas sociais.

Ao longo do tempo, os seres humanos através de relações sociais produzem uma série de coisas: uso do solo para alimentação da população, vestimentas, normas, valores, costumes, estruturas de poder, linguagem, cultura, explicações do mundo e das coisas, etc. Essas variam de acordo com o tempo e com o espaço.

Ao participar dessa produção, os seres humanos estão construindo a sociedade, ou seja, estamos falando da história das pessoas, de grupos sociais, classes sociais, instituições. Dessa forma, a sociologia tem uma relação muito próxima com a filosofia, com a história e com a geografia.

Podemos dizer que a investigação sociológica vai da análise de questões individuais a conflitos sociais que afetam nosso cotidiano.


Desigualdade Social



Violência Urbana



Conflitos ambientais

Como as outras ciências, suas problemáticas são filosóficas:

> Por que as sociedades agem e pensam de uma forma e não de outra?
> O que é cultura? Como os seres humanos produzem cultura?
> Como se constituem os grupos sociais e as classes sociais?
> Por que existe a desigualdade social e como ela se manifesta?
> Como as instituições sociais influenciam o dia a dia das pessoas?

A partir dessas indagações e de muitas outras, o sociólogo vai utilizar de fundamentação teórica e procedimentos metodológicos (métodos de pesquisa) para analisar as questões sociais de forma sistemática e consistente, rompendo com o senso comum. Produz assim respostas para as problemáticas levantadas de maneira fundamentada e sistematizada.

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, a "sociologia quando se coloca em uma posição crítica incomoda muito, porque revela aspectos da sociedade que certos indivíduos ou grupos se empenham em ocultar".

Portanto, se quisermos compreender como os indivíduos, os grupos sociais e as classes sociais pensam de determinada forma e o seu porquê, isto é, como pensam, sentem e agem no mundo e, dessa forma, como se organizam e se relacionam produzindo normas, valores, costumes, etc., **é preciso entender como são criadas as instituições sociais e as relações políticas e econômicas**.

A sociedade é muito diversa. Há grupos sociais que irão querer a permanência das coisas como elas estão postas e outros que querem a mudança. Aqueles que querem manter a situação existente, geralmente, são os que detêm ou usufruem do poder na sociedade. Já os que querem mudanças são, geralmente, aquelas pessoas cuja realidade coloca-os em condições subalternas - isso gera os conflitos sociais.

Para exemplificar podemos mencionar as lutas das mulheres (ocidentais) na conquista de direitos. Na Antiguidade, as mulheres não eram consideradas cidadãs. Na Idade Média, continuava como um ser inferior ao homem, considerada como agente pecaminoso. Na Idade Moderna, embora alguns avanços do pensamento ainda eram hierarquicamente inferiores não ocupando espaços importantes socialmente. Na Idade Contemporânea, isto é, após a Revolução Industrial (a partir de 1750) e Revolução Francesa (1789) até os dias atuais, a mulher começa a ter algumas inserções na sociedade, principalmente no mercado de trabalho. Começaram diversas lutas por reconhecimento e conquista de direitos como, por exemplo, o direito ao voto. Ainda, em nossa atualidade, as lutas das mulheres são várias: igualdade de gênero, equiparação de salários, proteção à violência doméstica, representatividade política, direito ao corpo, entre outras coisas.

Mas, quando surge a sociologia?

Ela nasceu em resposta à necessidade de explicar e entender as transformações que começaram a ocorrer no mundo ocidental a partir do século XVIII, decorrente da nova sociedade que se desenvolvia, qual seja, a sociedade capitalista.

A sociedade capitalista consolidada após a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, fez surgir novas configurações sociais que alteraram a relação campo e cidade, produção de valores diferentes da sociedade medieval e do antigo regime, formas distintas de expressões religiosas, transformações políticas.

1.3 Comunidade

Quando se menciona "comunidade" há uma múltipla relação de variáveis: afetiva, territorial, econômica, etc. Isso vincula as pessoas entre si. Conforme o sociólogo Émilie Durkheim, a solidariedade é um fator essencial para entender a sociedade. Para ele, há dois tipos de solidariedade:

Solidariedade Mecânica: estabelece vínculos entre as pessoas a partir dos costumes, da tradição como, por exemplo, relações familiares e religiosas.

Solidariedade Orgânica: esse tipo de solidariedade é encontrado nas sociedades industriais. A solidariedade é gerada a partir da interdependência profissional que gera integração e coesão social, portanto, para o sociólogo francês ela é superior a solidariedade de tipo mecânico.

As comunidades consideradas tradicionais como, por exemplo, a sociedade patriarcal que configurou como modelo predominante na sociedade colonial e imperial, passam a perder o poder de integração e coesão social. Essas sociedades se mantinham por uma necessidade de relações impostas, muitas vezes coercitivas.

Um exemplo clássico é a instituição família. É muito comum escutarmos hoje que há uma desintegração dos laços familiares. É colocado no debate a "banalidade" do casamento, uma vez que os laços estabelecidos podem ser desfeitos facilmente por meio do divórcio. Porém, o argumento de que os casamentos duram menos na atualidade do que em outras épocas é uma questão de sensação, e não de realidade. Por exemplo, no século XIX, muitas famílias eram constituídas por arranjos e havia desintegração interna, porém, as uniões eram mantidas a fim de garantir o papel social e o status familiar, sem contar com a impossibilidade do divórcio na maioria dos países. A literatura do século XIX é farta nesse sentido. São exemplos as seguintes obras: Anna Karenina, de Tolstói e Dom Casmurro, de Machado de Assis.

Além disso, é notório que as configurações familiares estão mudando. Aquela de tipo nuclear (pai, mãe e filhos), denominada também de "família burguesa", predominante nos séculos XIX e XX, já não é mais o único tipo de modelo. Na atualidade, a ligação familiar é mais livre, afetiva e de respeito mútuo do que por necessidades.

Se a base de uma comunidade são os grupos familiares, o que estrutura uma sociedade são as comunidades. Dessa forma, as comunidades se estabelecem pela associação entre seus membros, o que vai gerar os grupos e classes sociais. Basicamente, temos dois tipos de sociedade: a comunitária e a societária:

Tipo de Sociedade	Principais características
Sociedade Comunitária	Divisão simples de trabalho; Limitada na diferenciação dos papéis sociais; Solidariedade mecânica prevalece; As relações tecidas são pessoais e baseadas na tradição e nos costumes.
Sociedade Societária	Solidariedade orgânica prevalece; Divisão social do trabalho complexa; Interdependência profissional; As relações sociais são mais fluídas; As explicações religiosas convivem com explicações científicas; A instituição familiar não é a mais importante nem central nas relações sociais; Surgem diversos conflitos visto a diversidade de grupos sociais; Surge a Lei como mediadora de conflitos.

Nessa perspectiva, como refletiu o sociólogo Max Weber, há uma tendência das sociedades de tipo comunitária se transformarem em sociedades societárias, uma vez que a urbanização e o respectivo crescimento das cidades possibilitam uma configuração estabelecida na racionalidade (burocracia) e na legalidade.

Outro aspecto a ser destacado é a forma "single" de viver, isto é, pessoas que preferem viver sozinhas, sem um arranjo familiar. Essa é uma tendência crescente no Brasil, mas que já é uma realidade em várias sociedades como a dos EUA e da Alemanha. A pergunta sociológica sobre esse fenômeno é: "por que tantas pessoas estão optando por uma vida mais solitária?"

Há várias formas de interpretar que vão desde explicações sociológicas a explicações psicológicas. Um dos fatores mais evidentes é que tanto homens como mulheres podem estabelecer relações livres, ou seja, há uma busca pela independência financeira e emocional. Isso fica evidente nas pessoas com mais anos de escolarização, na entrada tardia no mercado de trabalho, e, por conseguinte, as relações matrimoniais acontecem tardiamente.

Os divórcios têm aumentado e as famílias têm optado por uma menor quantidade de filho, ou nem terem filho – hoje é muito comum animais de estimação substituírem a "necessidade" de se ter filhos. Esse quadro acentua o individualismo e, como diria o sociólogo Zygmunt Bauman, faz parte da Sociedade Líquida, marcada por relações frágeis e fragmentadas.

O individualismo reforça uma visão utilitarista de vida, marcada pelas escolhas baseadas no custo-benefício. A maioria das pessoas que seguem o estilo de vida "single" são profissionais bem-sucedidos na carreira profissional e moram nas grandes cidades. Geralmente, são pessoas que presam por sua liberdade, são sistemáticos e não conseguem dividir o espaço com outro companheiro.

A partir do que tecemos até o momento ficam dúvidas e questões para o futuro. É nítido que o sistema capitalista cada vez mais facilita as tarefas do dia a dia e colabora para reforçar o individualismo na cultura de "você se basta", o que favorece a construção de relações frágeis e a busca de satisfazer apenas as próprias vontades e necessidades, contudo a vida coletiva continua existindo por mais isolado que uma pessoa viva. Isso exige respostas coletivas que passam pela ideia de bem comum.

São questões que, inevitavelmente, a sociedade terá que se deparar e refletir: como garantir a solidariedade entre as pessoas? Como construir uma sociedade mais plural? O que fazer para consolidar as instituições democráticas? Como diminuir os índices de criminalidade cada vez mais crescentes?

1.4 Direitos e Cidadania

O debate sobre os direitos humanos ocupa lugar de destaque na agenda política e no cotidiano de todos nós. Parte da população, a meu ver, sem o exercício da reflexão crítica e influenciada muitas vezes pelo senso comum, denomina os direitos humanos como algo de intelectuais de esquerda para proteger bandidos, o que revela desconhecimento e reducionismo sobre o assunto.

A concepção de direitos humanos é vinculada à concepção de cidadania. Ambas fazem referência a uma composição de diversos direitos (civis, políticos e sociais), que atendam cada vez mais a todos (mulheres, negros, crianças, adolescentes, consumidor, idosos, etc.).

Tanto os direitos humanos como o conceito de cidadania na concepção supracitada surgem a partir do Estado Moderno, principalmente com o Estado de bem-estar social e consolidado no Estado Democrático de Direito, ambos de fundamentação no pensamento liberal que defende as liberdades individuais e a igualdade de todos perante a lei. Ou seja, podemos desconstruir a ideia de que direitos humanos é uma concepção do pensamento de esquerda em sua origem.

É comum, não somente no Brasil, partidos considerados de esquerda ou de centro-esquerda incorporarem em suas lutas a defesa dos direitos humanos, enquanto partidos considerados de direita fizeram uma guinada ideológica ao conservadorismo político e/ou religioso, os quais têm dificuldade em aceitar e reconhecer alguns dos direitos humanos.

Outro senso comum é de que os direitos humanos são para defender bandidos ou que não existem direitos para os "humanos direitos" – esses bordões são utilizados em programas sensacionalistas de televisão que difundem essa ideia. Pelo contrário, os direitos humanos reconhecem a dignidade a todos e a aplicação da Lei a todos. Ou seja, para evitar a barbárie, a destruição de um pelo outro, ou de arbitrariedades do próprio Estado é que se defende a aplicação do que é disposto no conjunto de leis.

Alguns podem pensar: "mas se uma pessoa rouba, mata ou estupra, como considerá-lo humano, portador de direitos?" Certamente são questões complexas que geram muitos debates. Os direitos humanos como veremos vão muito além da questão penal (crimes) e têm como ponto de partida que todos são portadores de direitos. Nesses casos, o primeiro impulso é o revide com violência, a raiva e o aniquilamento do outro, isto é, "fazer justiça com as próprias mãos". No entanto, o Estado não pode permitir a barbárie dos cidadãos e de seus agentes, muito menos a "correção de um erro com outro". Deve-se aplicar aquilo que é disposto em seu conjunto de leis e nos tratados internacionais nos quais é signatário, cujo objetivo idealizado institucionalmente, no caso penal, é a ressocialização daquele que infringiu as regras sociais por mais hediondo que um crime seja.

Ressalto, os Direitos Humanos vão muito além da questão penal. É uma iniciativa de reconhecer a dignidade inerente a todos, evitar a barbárie, promover a igualdade e a liberdade de todos independente de raça, de religião e de gênero.

Em âmbito mundial é com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que se estende a liberdade e a igualdade de direitos a todos, em vários aspectos: econômico, social e cultural. Esses direitos estão acima de qualquer poder existente e em caso de violação devem ser punidos.

A Declaração de 1948 condenou qualquer tipo de escravidão e de tortura, estabeleceu o direito à liberdade de expressão e de consciência, o direito de ir e vir e o direito à educação e à cidadania.

Conheça os 30 artigos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948,* criada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Conquistas de direitos e o exercício da cidadania estão associados nas sociedades modernas e democráticas. Ao estudar a concepção de cidadania, o sociólogo **Thomas Marshall (1893-1981)** afirma que **cidadania** não nasce pronta e acabada, mas é uma **construção gradativa de novos direitos, conquistados por diferentes atores sociais ao longo da sociedade capitalista**.



TOME NOTA!

Para Thomas Marshall, cidadania é a conquista de novos direitos

Marshall valoriza a cidadania como elemento de mudança social. Define 3 tipos de direitos (civis, políticos e sociais) que configuram as garantias aos cidadãos – suas reflexões partem do desenvolvimento da sociedade inglesa.

Direitos	Descrição
Direitos Civis - XVIII	Esse tipo de direito surge no século XVIII. Defende as liberdades pessoais de expressão e de culto religioso, o direito à propriedade, à liberdade contratual e de Justiça para mediar as relações e garantir os direitos.
Direitos Políticos - XIX	Esse tipo de direito aparece no século XIX, com o Estado liberal baseado na representatividade. São criadas formas de participação política que por meio de movimentos sociais se efetivaram no século XIX, com a ampliação do direito ao voto por grande parte da população.
Direitos Sociais - XVIII	Esse tipo de direito é resultado das lutas do século XX. Visa garantir a uma proteção básica ao cidadão: educação, assistência à saúde, transporte coletivo, sistema previdenciário, acesso amplo ao sistema judiciário, etc.

Os direitos civis, políticos e sociais estão fundamentados no princípio da igualdade, mas não podem ser considerados universais – o processo de construção dos mesmos não se deu de forma igual em outros países e muitos não têm esse tipo de configuração.

Como o próprio Marshall disse, cidadania é uma construção que perpassa pela luta e obtenção de novos direitos. No final do século XX e início do século XXI podemos perceber que outros direitos estão se consolidando, especificamente no que se refere aos consumidores (Código de Defesa do Consumidor), idosos (Estatuto do Idoso), crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), LGBTTIs (reconhecimento em 2011 pelo STF da união de pessoas do mesmo sexo), dos animais (medidas protetivas), etc.

Em resumo, nas sociedades democráticas, cidadão é aquele que tem a garantia dos direitos civis, políticos e sociais, cuja construção é constante e inserida em várias disputas. Para o pleno exercício da cidadania é importante lembrar que não basta estar no papel, mas sim que seja concretizada de fato e estendida a todos.

> Podemos indagar se esses direitos são de fatos acessíveis e praticados por todos.

Na sociedade contemporânea, os capitais econômicos, políticos e simbólicos têm distribuição desigual entre as pessoas e entre os grupos sociais. Assim, a divisão dos direitos do cidadão em civis, políticos e sociais nem sempre dá conta de explicar a dinâmica social. Uma outra forma de pensar a cidadania em sua concretude são as concepções de cidadania formal e substantiva.

A cidadania formal é aquela que é garantida pelas leis, que institui a igualdade das pessoas perante a lei, isto é, faculta ao cidadão a luta jurídica pelo reconhecimento de determinados direitos. Isso é importante porque evita a tirania e reconhece que todos merecem tratamento igual. Por outro lado, temos a cidadania substantiva, qual seja, aquela que vivenciamos no cotidiano, que muitas vezes impede a prática de fato da cidadania. Mostra que pode até existir a igualdade jurídica, que também é bastante questionável, mas principalmente aponta as diversas desigualdades entre as pessoas em seus direitos básicos como educação de qualidade, acesso à moradia e de reconhecimento de suas demandas específicas como acontece com as mulheres, com os negros, com as pessoas deficientes e com as pessoas LGBTTIs.

Os direitos em sua concretização real (não somente na lei) são vivenciados de formas diferentes, dependendo do grupo social pertencente. Um exemplo é o direito clássico de ir e vir. Alguns espaços públicos são apropriados por particulares, que impedem a entrada de outras pessoas, como já aconteceu em alguns casos de condomínios fechados de proibirem a passagem em determinada via pública impedindo a circulação livre dos cidadãos. Outro exemplo são os magnatas que tentam apropriar parte de algumas praias que perpassam por suas mansões impedindo o acesso de outras pessoas. Assim, temos várias outras situações como os *shoppings centers* que contratam seguranças e vigias que barram qualquer pessoa que aparentemente podem trazer algum transtorno, por se apresentarem de forma "não condizente", isto é, pessoas sem poder de consumo.

A defesa dos direitos humanos convive com sua violação e muitas vezes um entendimento limitado do que realmente são. A diminuição do fosso que há entre aquilo que está previsto (cidadania formal) e aquilo que realmente acontece (cidadania substantiva) só será possível na medida em que houver mais debates públicos, lutas constantes, fortalecimento das instituições democráticas e atuação dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais têm papel fundamental nesse processo de luta em defesa e conquista de direitos. São ações coletivas que visam manter ou mudar determinada situação, podendo ter atuação local, regional, nacional ou até internacional.

E sobre o Brasil, especificamente, o que temos a dizer?

Refletir sobre os direitos e a cidadania no Brasil é fazer uma reflexão "histórica a contrapelo". Se na Europa de Marshall os direitos foram desenvolvidos na sequência direitos civis, políticos e sociais, no Brasil, segundo o historiador e cientista político, **José Murilo de Carvalho**, não se desenvolveu assim. Para ele, aqui tivemos primeiro os direitos sociais e depois os direitos políticos e civis.

O Brasil desconheceu por muito tempo a noção liberal de liberdade individual e de igualdade perante a lei. A escravidão durou praticamente 4 séculos e os homens considerados livres tinham direitos civis e políticos restritos e muitos desses direitos ficavam só no papel. Os coronéis da República Velha (1889-1930) estavam acima da lei e ditavam suas influências naquilo que ficou denominado de oligarquia. O direito de ir e vir, a inviolabilidade de domicílios e a proteção da integridade física estavam submetidos aos seus mandos.

Somente em meados da República Velha que começaram algumas conquistas como o direito de organização dos trabalhadores de poderem fazer greve, no entanto, aos olhos da oligarquia e dos governantes, a questão social e as reivindicações eram uma "questão de polícia", de repressão.

Outro fator é a restrição do direito de votar e ser votado, de escolher. O critério censitário e a exigência de alfabetização que vieram desde o Brasil Império faziam com que poucos pudessem fazer parte das eleições – essas ainda eram controladas pelos coronéis no chamado voto de cabresto, na República Velha.

Os direitos civis, políticos e sociais praticamente inexistiam no período colonial, imperial e na primeira república. A assistência social ficava sob responsabilidade das irmandades religiosas ou de sociedade de auxílio mútuo organizadas por pessoas leigas. Essas instituições funcionavam para quem contribuía oferecendo empréstimos e garantindo auxílios em caso de doenças. Ou seja, o Estado não se envolvia nessas questões.

Os direitos dos trabalhadores, os quais ganharam muita força nas cidades industrializadas como nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo quando previstos não eram respeitados. As autoridades faziam vistas grossas, como foi o caso da regulamentação da mão de obra infantil (1891) e do direito às férias (1926). No campo, as condições ainda eram piores. Os trabalhadores rurais eram totalmente dependentes dos proprietários, desde sua alimentação a um remédio, numa relação paternalista.

Embora previsto na Constituição Monarquista de 1824, a educação primária como obrigação do Estado nunca foi efetivada. Depois, com a Constituição Republicana de 1891, essa obrigação foi retirada e deixada para ser uma questão particular. Para se ter uma ideia, o Estado só se comprometeu com a educação obrigatória do ensino básico (o que hoje equivale o ensino fundamental), no período da Ditadura Militar, em 1971. Nesse contexto, precisava de mão de obra para o desenvolvimento da indústria. Não é à toa que nosso país encontra ainda hoje vários desafios educacionais como o alto índice de analfabetismo funcional.

De 1930 a 1985, os direitos civis e os direitos políticos variaram bastante, sendo alguns restritos e outros abolidos. Na Constituição de 1946 houve avanços nos direitos políticos, com a extensão do voto tanto para homens como para mulheres maiores de 18 anos (excluídos os analfabetos), o que fez o nível de participação aumentar: em 1945 era de 13,4% da população. Em 1950 era de 15,9% e em 1960 de 18%. Embora baixo, a participação estava crescendo.

Os direitos sociais tiveram certa evolução, embora sempre controlados e supervisionados pelo Estado. Essa configuração fez o sociólogo Wanderley Guilherme dos Santos chamar de "cidadania regulada", isto é, uma cidadania restrita e sempre vigiada pelo Estado, do ponto de vista legal e/ou policial.

Em plena a Ditadura do Estado Novo (1937-1945), alguns direitos sociais foram implementados, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e com a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), que estabeleceu um grande marco e, atualmente, está passando por modificações. Dentre as conquistas foi estabelecida a jornada de 8 horas diárias, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, férias remuneradas e salário mínimo.

Para garantir o que dispunha a CLT foi montada uma estrutura jurídica (Justiça do Trabalho), sindical e previdenciária (Instituto de Aposentadorias e Pensões). Nessa fase, os sindicatos ficaram sob a tutela do Estado, senão não eram reconhecidos e poderiam perder as proteções do Estado. Assim, acabavam perdendo a liberdade em agir de forma crítica e reivindicatória.

No período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), **os direitos civis e políticos foram restringidos**. Através dos Atos Institucionais tornavam lei a falta de direitos, portanto podemos concluir que lei nem sempre corresponde a direitos, à justiça.

A partir de **1978**, no Governo Geisel, começou a abertura lenta e gradual. **Foi votado o fim do AI-5** e, em **1979**, foi **sancionada a Lei de Anistia**, que permitiu a volta dos brasileiros exilados.

Se no período da Ditadura Civil-Militar, os direitos civis e políticos foram extintos, alguns direitos sociais foram criados para transparecer um mínimo de cidadania para as autoridades internacionais. Foi implementado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que abrangeu o trabalhador rural, os empregados domésticos e os trabalhadores autônomos e criou o regime próprio para o funcionalismo público. Estabeleceram como obrigatoriedade do Estado a garantia do ensino básico de 8 anos e incentivou a compra da casa própria pela população de baixa renda, através de crédito facilitado.

Na redemocratização, pós 1985, pela primeira vez na História de nosso país, os direitos civis, políticos e sociais foram garantidos e estendidos a todos em Lei, com a Constituição de 1988. Esses direitos humanos estão acima dos governos e legalmente definidos.

1.5 Agrupamentos Sociais

De modo geral, as relações humanas levam ao agrupamento dos indivíduos. Logo, não é exagero afirmar que a vida em sociedade é condição necessária para a sobrevivência da espécie humana. As primeiras formas de organização são aquelas que vimos anteriormente: família e comunidade.

Na constituição das sociedades há a formação dos grupos sociais, que são a forma básica de associação humana constituída por pessoas que entram em interação entre si. Para a sociologia,

grupo social é toda reunião de duas ou mais pessoas associadas pela interação. Devido a interação social os grupos mantêm uma organização e são capazes de ações conjuntas para alcançar objetivos comuns a todos os seus membros.

Os grupos sociais possuem semelhanças de gostos e atitudes, isto é, compartilham modos de ver, sentir e agir no mundo. Isso lhes garantem estabilidade e integração social.

Os grupos sociais são divididos em três tipos: 1) grupos sociais primários constituídos pelos contatos diretos e pessoais, como acontece na socialização familiar e comunitária; 2) grupos sociais secundários, que são mais complexos e envolvem contatos realizados de forma direta, mas sem intimidade como, por exemplo, religião e Estado; 3) grupos sociais intermediários que são uma mescla de características dos grupos anteriores. Um bom exemplo é a escola – muitos sociólogos classificam o agrupamento escolar como primário.

Outro termo usado pela sociologia é "agregados sociais", que não tem nada a ver com o uso popular empregado quando há algum membro inserido na família, mas que não tem laço consanguíneo a exemplo de cunhados.

Os agregados sociais são reuniões de pessoas com baixa integração social, isto é, suas interações possuem fraco sentimento grupal. São exemplos:

Agregados Sociais	Principais Características
Multidão	É a reunião de pessoas em algum acontecimento isolado, ocasional. Não há uma organização complexa e de longa duração entre as pessoas. Exemplos: linchamento de uma pessoa, bloco de carnaval, passeata.
Público	São reuniões espontâneas sem contato físico, cujas pessoas recebem os mesmos estímulos e estão submetidos a certas regras. Exemplos: assistir peças de teatros, jogos de futebol. As pessoas vão porque compartilham alguns gostos, compram ingressos, respeitam o horário, etc.
Massa	Diferente do público, não obedecem às mesmas regras. Assistem o mesmo programa de televisão ou leem o mesmo jornal, por exemplo.

É comum que os grupos sociais tenham lideranças, as quais vão dirigir e organizar o grupo, transmitindo e reforçando ideias e valores. Conforme o sociólogo Max Weber há três tipos de dominação: tradicional, carismática e racional-legal.

A dominação tradicional é aquela exercida por uma liderança baseada nas relações de proximidade e de tradição. Nesse sentido, podemos apontar o pai ou a mãe que ocupam a função de "chefe" da família. Já a dominação carismática é aquela exercida por um líder religioso, militar, estudantil, etc. Exemplos: Mussolini, Vargas, Antônio Conselheiro. Por último, a dominação racional-legal, que é constituído por mecanismos legais (eleição de presidente é um exemplo). Essas características podem ser encontradas de forma mesclada numa mesma liderança.

Os grupos sociais geram normas para as condutas de seus membros. Essas normas podem gerar sanções aprovativas (aceitação, aplausos, honrarias e promoções) como sanções reprovativas (punição, coerção). Isso mostra que nos grupos sociais há disputas por espaços, por reconhecimento, por poder. Uma dessa formas de disputa é a geração de símbolos que marcam determinados grupos, distinguindo-os dos demais.

Tanto os seres humanos como a sociedade são estruturados por meio de símbolos, os quais dão sentido as interações. Veja, por exemplo, o uso de uma aliança. Ela simboliza a união, ademais a pessoa que está utilizando-a é compromissada e fiel a outra – pelo menos teoricamente rsrs. Outro exemplo é a linguagem, que une as pessoas de uma determinada sociedade, afinal, ela acaba sendo a base para muitas coisas em sociedade.

1.6 Fundamentos Econômicos da Sociedade

As sociedades modernas possuem alta complexidade de organização social. Isso prescinde um modelo baseado na divisão social do trabalho para produzir os bens que utilizamos no dia a dia. Esses bens são alimentos, bebidas, vestuário, eletrodomésticos, carros, serviços, etc. Para produzi-los é necessário a ação dos seres humanos por meio do trabalho transformando os recursos da natureza. Assim, é possível produzir, distribuir e consumir.

De modo mais geral, trabalho pode ser entendido como um dispêndio de energias (física ou mental) para realização de uma determinada ação, para satisfazer necessidades individuais ou coletivas.

Para o filósofo Karl Marx (XIX), o trabalho é uma atividade especificamente humana, pois implica um projeto mental que modela a conduta a ser desenvolvida para se alcançar um objetivo. Lembrando que para ele, o trabalho não apenas transforma o material em que se trabalha, mas realiza-se nesse material o projeto que trazia em sua consciência, e isso nos diferenciaria de outros animais.

Nas palavras de Marx:

> Uma aranha executa operações que se assemelham às manipulações do tecelão, e a construção das colmeias pelas abelhas poderia envergonhar, por sua perfeição, mais de um mestre-de-obras. Mas há algo em que o pior mestre-de-obras é superior a melhor abelha, e é o fato de que, antes de executar a construção, ele a projeta em seu cérebro. (Marx, **O Capital**)

Marx tem uma postura crítica a um certo idealismo sobre a concepção do trabalho, a qual vê que em termos individuais o trabalho permite expandir as energias e a criatividade e, com isso, realizar suas potencialidades. Além disso, nesta perspectiva, trabalho seria um elemento positivo para a manutenção e satisfação da vida social, com a edificação da cultura e a solidariedade entre as pessoas – uma concepção defendida por Durkheim.

Na interpretação de Marx, a dominação de uma classe social sobre a outra desvia a função digamos positiva do trabalho mencionada no parágrafo acima. Ao invés de servir à coletividade, o resultado dos trabalhos produzidos pela sociedade passou a enriquecer alguns. De recompensa de ato criativo e livre passou a ser considerado como castigo.



O termo trabalho vem do latim *tripalium,* nome dado a um instrumento constituído de três paus e que era utilizado nas tarefas do campo, mas que também foi usado para torturar pessoas. Dessa forma, o trabalho estaria associado a castigo e a algo pesaroso, ruim.

Encontramos na pré-história a primeira divisão do trabalho, qual seja, a de gênero. Algumas tarefas eram reservadas aos homens (caçar, guerrear e garantir a proteção do grupo) enquanto os trabalhos domésticos e os cuidados dos filhos ficavam destinados às mulheres. Além da divisão do trabalho baseada no gênero, havia outros fatores como idade e força física.

Como vimos nas aulas anteriores, a partir de reflexões dos filósofos Platão e Aristóteles, na Antiguidade o trabalho manual era desprezado, inferiorizado, porque este se assemelhava à atividade dos animais e não permitia tempo para a contemplação e exercício da cidadania. Portanto, o trabalho intelectual era o mais valorizado e desejado, porque a partir dele podia exercer a cidadania, o ócio e a contemplação.

Na Idade Média, a sociedade estava dividida em 3 estamentos principais: 1) clérigos (aqueles oram); 2) nobres (aqueles guerreiam); e 3) servos (aqueles que trabalham) continua a valorizar o trabalho intelectual. O trabalho estaria associado à provação e fortalecimento do espírito para alcançar o reino celeste. Segundo um dos filósofos medievais, Santo Tomás de Aquino (1221-1274), defendia que o trabalho é um bem árduo, por meio do qual o indivíduo tornaria um ser humano melhor.

Com o advento da Idade Moderna, a mentalidade começa a ser transformada. Uma das influências foi a Reforma Protestante (XVI) que mudou a visão religiosa perante o trabalho. O trabalho na perspectiva protestante é bom e deve ser estimulado para todos. Todos devem buscar uma vida de sucesso econômico, de uma vida ativa e lucrativa – a usura (juros) deixou de ser uma prática pecaminosa como na visão da Igreja Católica medieval.

O sociólogo Max Weber (1864-1920) mostrou uma relação entre essa ética protestante (valorizava o trabalho e a busca da riqueza) e o desenvolvimento do capitalismo nos países onde predominava o protestantismo. Embora essa ética fosse estimulada para todos, quem conseguiu acumular riquezas (capital) e investir nas atividades produtivas foi a classe burguesa.

A forma de organização do trabalho em linhas de operação e montagem, isto é, cada operário com uma função específica no processo de produção foi aperfeiçoado nas fábricas. Uma fragmentação do trabalho que gera também uma fragmentação do saber, fazendo com que o trabalhador perca a noção do conjunto do processo produtivo. Isso ficou conhecido como fordista-taylorismo.

O operário sempre repete as mesmas operações, produzindo bens estranhos a sua consciência, a seus desejos e as suas necessidades. O resultado não é garantir suas potencialidades, tampouco contemplar suas satisfações, mas sim as necessidades do mercado, de outras pessoas. Muitas vezes produzem algo que não conhece como produto final e nem terão condições de adquirir.

Karl Marx, em seus estudos sobre o sistema capitalista, observou que produção é ao mesmo tempo consumo, já que além do uso de matéria-prima e dos instrumentos de produção, há o consumo das forças vitais nesse trabalho. Consumo também é produção, pois os homens se produzem através do consumo, seja nos aspectos biológicos (alimentação, cuidado com o corpo) como nos aspectos intelectuais e emocionais.

Ao aprofundar a crítica entre consumo e produção, podemos verificar que o Mercado não visa a atender as necessidades das pessoas, muitas vezes essas necessidades são forjadas ou são objetos de distinção social. Além disso, busca-se a lucratividade em seus produtos e a mercantilização das coisas. Grande parte da população fica excluída desse processo. Por quê?

Para o filósofo Jean Baudrillard (1929-2007), considera que a lógica do consumo no mundo capitalista se baseia exatamente na impossibilidade de que todos consumam. Para ele, o consumo funciona com uma forma de afirmar a diferença de status entre os indivíduos. A propaganda trata de assegurar essa distinção ao associar determinadas marcas consideradas de grife a comportamentos e padrões inacessíveis à maioria da população.

No mesmo sentido de Jean Baudrillard, o sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) chama a atenção para a Distinção Social. Em seu trabalho, as classes sociais reproduzem determinados tipos de estilo de vida, que podem ser observados em seus gostos, alimentação, vestimenta, espaços sociais nos quais as pessoas se relacionam, suas amizades, etc. Isso gera a reprodução das classes, bem como um espaço social hierarquizado.

Outro conceito importante para entender a tríade produção-distribuição-consumo é meio de produção. O meio de produção é tudo aquilo que é utilizado para produzir algo (instrumentos, terra, fábricas, maquinários, etc). Porém, nem todos são donos dos meios de produção. Aqueles que produzem a riqueza por meio do trabalho e vende sua força de trabalho são denominados de operários ou de proletários. Já aqueles que detém os meios de produção e compram a força de trabalho são chamados de burgueses ou de empresários.

A junção dos meios de produção mais a ação humana é denominada de forças produtivas, pois são elas que produzem os bens. A forma como se dá a relação entre aqueles que produzem e aqueles que detém os meios de produção é chamado de relações de produção. Por exemplo, no sistema capitalista essa relação de produção é estruturada pelo assalariamento.

Por último, a soma das forças produtivas e das relações de produção temos a constituição dos modos de produção que marcam a organização e transformação da sociedade humana. É a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços e como os utiliza e como os distribuí.

Modo de produção = forças produtivas + relações de produção

Principais modos de produção:

Modos de Produção	Principais características
Modo de Produção Primitivo	É a primeira forma de organização humana. Os meios de produção e os frutos do trabalho eram propriedade coletiva. Não havia propriedade privada, divisão de classes e Estado.
Modo de Produção Escravista	Predominou na Antiguidade, mas também é encontrado, por exemplo, no Brasil Colônia e no Brasil Império. Os meios de produção eram principalmente a terra e os instrumentos de cultivo e os escravos eram considerados instrumentos. As relações de produção eram de domínio entre senhores e escravos. Assim, os senhores eram proprietários das forças produtivas e dos meios de produção. Surge o Estado, instituição essa que garante o domínio de um pequeno grupo (senhores) sobre os demais.
Modo de Produção Asiático	Esse tipo de organização predominou no Egito Antigo, na China, na Índia, nas civilizações Astecas e Incas e na África do século XIX.

	Havia uma combinação de escravos (trabalhos forçados) e de camponeses (entregavam parte do que produziam) ao Estado. As terras pertenciam ao Estado e os grupos que dominavam era o chefe supremo (religioso, político e militar), nobres, altos funcionários da burocracia, sacerdotes e guerreiros. Um exemplo bem clássico são os reinados dos faraós. O excedente produzido era para sustentar esse grupo privilegiado que nada produzia.
Modo de Produção Feudal	Esse modo predominou na Idade Média (Europa Ocidental) e também no período do xogunato no Japão. A sociedade se dividia basicamente em senhores e servos. Os senhores eram proprietários do feudo e os servos embora pertencessem ao feudo não era como os escravos. Os servos tinham sua terra, mas tinham que trabalhar no manso senhorial e pagar uma série de tributos denominados de banalidades.
Modo de Produção Capitalista	A principal característica são as relações de produção baseadas na mão de obra livre (assalariamento) e a propriedade privada como direito natural. Há uma divisão entre burgueses e proletariados. Os primeiros são aqueles que detém os meios de produção e os operários são aqueles que vendem sua força de trabalho. Nesse modo de produção há uma busca pelo lucro, isto é, precisa gerar excedentes. Capitalismo comercial (XV-XVIII): aqui acontece a acumulação primitiva do capital. Os comerciantes começam a ganhar destaque.

	Capitalismo industrial (XVIII e XX): o capitalismo se consolida após a Revolução Francesa e a duas primeiras revoluções industriais. O trabalho assalariado passa a ser predominante. Capitalismo Financeiro (XX e XXI): as instituições financeiras passam a controlar as demais atividades econômicas.
Modo de Produção Socialista	Os meios de produção seriam públicos, dominados pelos proletariados e pelo Estado. A economia é planificada, visando atender as necessidades da população e não ao lucro. Haveria distribuição da riqueza gerada.
Modo de Produção Comunista	É uma etapa posterior ao socialismo. Nele, desapareceriam o Estado e as classes sociais. Haveria igualdade material e liberdade.

2. EXERCÍCIOS

2.1 Lista de Exercícios

Nota de esclarecimento: como estamos no curso de pré-edital e ainda não temos a definição da banca, irei utilizar questões de vários concursos, bem como, quando necessário, irei criar itens novos. Pode ficar tranquilo, você estará muito bem preparado independente de qual banca será.

1) IBFC 2013:

Em relação ao objeto e métodos empregados pela sociologia clássica leia as afirmativas abaixo:

I. Karl Marx tem como objeto da sociologia as classes sociais e utiliza o método dialético.

II. Emile Durkheim tem como objeto da sociologia os fatos sociais e utiliza o método da explicação.

III. Max Weber utiliza como objeto da sociologia a ação social e como método a compreensão social

Estão corretas as afirmativas:

a) As afirmativas I, II e III

b) Somente a afirmativa II.

c) Somente as afirmativas I e II.

d) Somente a afirmativa I

2) Quadrix 2017:

Julgue em Certo ou Errado:

Os movimentos sociais possuem caráter público, buscam a atenção do Poder Público e necessitam de ter embasamento legal.

3) AOCP 2015:

Assinale a alternativa que apresenta o conceito clássico de cidadania que está relacionado e deriva da experiência dos movimentos sociais.

a) É a preocupação com a coisa pública.

b) É a conduta democrática.

c) É a titularidade de direitos.

d) É a centralidade do poder.

e) É a prática republicana.

4) FGV 2014:

O estudo a respeito das classes sociais esteve, desde o início, relacionado ao problema das desigualdades econômicas e de poder. Em O Capital (1867-90), Marx se indaga sobre esta relação: "A questão que imediatamente se coloca é esta: o que é uma classe? A resposta a esta pergunta decorre da que demos a esta outra: o que é que transforma os operários assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras em fatores das três grandes classes sociais?". (MARX apud SANTOS, Theotonio. Conceito de classes sociais. Petropolis: Vozes, 1982.)

Assinale a opção que caracteriza corretamente a posição de Marx a respeito do conceito de classe social.

a) Para Marx, a determinação das classes sociais resulta da investigação sobre o modo de produção.

b) Para Marx, as diferentes classes correspondem a diferentes níveis de renda.

c) Para Marx, o conceito de classe permite explicar as desigualdades de gênero e etárias.

d) Para Marx, a estratificação social tem origem na esfera política.

e) Para Marx, a desigualdade resulta das diferentes inserções das classes no mercado de trabalho.

5) Cespe 2017:

No que se refere aos direitos humanos e à sua história, assinale a opção correta.

a) Para evitar embaraços aos países que, embora sejam membros das Nações Unidas, têm governo não democrático, o direito à participação política, direta ou indireta, não foi contemplado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

b) O principal marco na trajetória dos direitos humanos é a Revolução Francesa, pois dela emergiu um documento constitucional que aboliu a escravidão nas colônias francesas e consagrou o sufrágio universal masculino e feminino.

c) Como os direitos humanos são direitos subjetivos, os conteúdos escolares associáveis ao assunto não são passíveis de serem considerados como objetos de avaliação escolar.

d) A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece e expõe dificuldades à adoção das novas tecnologias como ferramentas de ensino, apesar de defender o direito do cidadão de "procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

e) Direitos humanos são aqueles que o indivíduo possui pelo simples fato de existir e ligam-se, na prática, a normas internacionais que protegem os seres humanos de abusos graves de natureza política, legal ou social.

6) Exatus-PR 2015:

Viver em sociedade nos institui a cumprir com o papel de cidadão dentre seus direitos e deveres. Viver a cidadania significa:

a) usufruir dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na constituição.

b) significa somente que o indivíduo tem direito a um trabalho.

c) cidadania significa a atitude e o comportamento do indivíduo na sociedade.

d) falar que uma pessoa é cidadã é o mesmo que dizer que ela pode ter lazer nos finais de semana.

7) Vunesp 2015:

A Constituição brasileira de 1988, embora com alguns importantes senões, acabou consagrando as teses e tradições nacional-estatistas com um viés favorável às demandas dos trabalhadores e das chamadas classes populares. (Daniel Aarão Reis, Ditadura e democracia no Brasil. Adaptado)

Entre as marcas da Constituição de 1988 que confirmam a afirmação feita no trecho citado, é correto identificar

a) o fim do imposto sindical, até então descontado obrigatoriamente de todos os trabalhadores.

b) a jornada de trabalho de, no máximo, quarenta horas e o pagamento em dobro das horas extras.

c) a inclusão da hipótese de desapropriação sem indenização das terras improdutivas para a reforma agrária.

d) a formulação dos direitos sociais, apresentados como "direito de todos e dever do Estado".

e) a exclusão de todas as formas de participação política dos militares na vida republicana.

8) Ufrgs 2012:

Tanto Augusto Comte quanto Karl Marx identificam imperfeições na sociedade industrial capitalista, embora cheguem a conclusões bem diferentes: para o positivismo de Comte, os conflitos entre trabalhadores e empresários são fenômenos secundários, deficiências, cuja correção é relativamente fácil, enquanto, para Karl Marx, os conflitos entre proletários e burgueses são o fato mais importante das sociedades modernas. A respeito das concepções teóricas desses autores, é CORRETO afirmar:

a) Comte pensava que a organização científica da sociedade industrial levaria a atribuir a cada indivíduo um lugar proporcional à sua capacidade, realizando-se assim a justiça social.

b) Comte considera que a partir do momento em que os homens pensam cientificamente, a atividade principal das coletividades passa a ser a luta de classes que leva necessariamente à resolução de todos os conflitos.

c) Marx acredita que a história humana é feita de consensos e implica, por um lado, o antagonismo entre opressores e oprimidos; por outro lado, tende a uma polarização em dois blocos: burgueses e proletários.

d) Para Karl Marx, o caráter contraditório do capitalismo manifesta-se no fato de que o crescimento dos meios de produção se traduz na elevação do nível de vida da maioria dos trabalhadores embora não elimine as desigualdades sociais.

e) Tanto Augusto Comte quanto Karl Marx concordam que a sociedade capitalista industrial expressa a predominância de um tipo de solidariedade, que

classificam como orgânica, cujas características se refletirão diretamente em suas instituições.

9) Vunesp 2018:

A concepção de direitos humanos tem sido alvo de muitas controvérsias em nosso país nos últimos anos, embora o Brasil seja signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa declaração, aprovada pela ONU em 1948, tem como um de seus objetivos propiciar "[...] o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade, a mais alta aspiração do ser humano comum."

(*Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm, Adaptada)

O compromisso assumido pelo Brasil como signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos implica que

(A) as forças nacionais de segurança têm a obrigação legal de respeitar os direitos humanos.

(B) a declaração não se aplica diretamente no Brasil por se tratar de tratado internacional.

(C) a obrigação de respeitar os direitos humanos não se aplica nas ações da Polícia Militar.

(D) as empresas de segurança privada não são obrigadas a respeitar os direitos humanos.

(E) as polícias estaduais Militar e Civil devem respeitar apenas a legislação de seu Estado.

10) Vunesp 2018:

O artigo 1º da atual Constituição Federal brasileira declara, em seus incisos II e III, que a cidadania e a dignidade da pessoa humana são fundamentos da República. Assim sendo, é correto afirmar que

(A) a Constituição Federal do Brasil está comprometida com leis de exceção.

(B) o respeito à cidadania constitui um princípio básico do Estado de Direito.

(C) o princípio de igualdade perante a lei carece de embasamento constitucional.

(D) o princípio do respeito à dignidade da pessoa pode ser relativizado pela lei.

(E) a cidadania proporciona direitos excepcionais em situações emergenciais.

11) Vunesp 2018:

"A desagregação do regime escravocrata e senhorial ocorreu, no Brasil, sem que se oferecesse aos antigos agentes do trabalho escravo assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho."

(Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. Volume 1, São Paulo: Editora Globo, 2008, p. 29. Adaptado)

Segundo o texto, o processo de abolição da escravatura no Brasil

(A) negou aos libertos o auxílio necessário para que se adaptassem às novas condições sociais.

(B) ofereceu recursos institucionais para proteger e amparar os libertos na nova estrutura social.

(C) impôs aos antigos senhores a obrigação de oferecer boas condições de vida aos libertos.

(D) concedeu aos ex-escravos formação profissional para atenderem o mercado de trabalho.

(E) proporcionou condições para que os antigos escravos fossem inseridos facilmente na sociedade.

12) Fadesp 2017:

Os direitos civis, políticos e sociais têm como fundamento teórico

a luta pela hegemonia.

a liberdade dos grupos hegemônicos.

a luta pela dominação econômica, política e social.

os princípios da igualdade, liberdade e fraternidade.

13) UFG 2017:

São, respectivamente, direito e dever do cidadão:

usufruir de programas assistenciais. Financiar projetos para o bem-estar social.

proteger a natureza da ação nociva do homem. Educar e proteger seus semelhantes.

votar para escolher os governantes. Ter acesso ao serviço de saúde.

ir de uma cidade para outra, ficar ou sair do país, conforme a legislação para este fim. Proteger o patrimônio público e social do país.

14) Quadrix 2017:

A divisão social do trabalho apresenta e já apresentou, ao longo da história, diferentes critérios para a sua realização, entre eles as diferenças sexuais. Isso é certo ou errado?

15) IF-RS:

Sobre a temática da Educação para os Direitos Humanos, é INCORRETO afirmar que:

Abordar nos projetos educativos temáticas como o trabalho infantil, a exploração sexual de crianças e adolescentes, o atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei e a promoção e defesa dos direitos de pessoas com deficiência são maneiras de se introduzir, no cotidiano das escolas, a preocupação com a ética e com a cidadania.

É importante situar as diferenças entre Direitos Humanos e Direitos de Cidadania, uma vez que os primeiros possuem um caráter de universalidade, sem possuir força de lei, enquanto os outros dizem respeito aos direitos e deveres estabelecidos por lei em um determinado Estado.

Torna-se fundamental conduzir a discussão sobre o princípio da igualdade que, sendo fundamental para os Direitos Humanos, implica em uma uniformidade entre todos os seres humanos, o que vem, progressivamente, entrando em contradição com a emergência do chamado Direito à Diferença.

Documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto dos Idosos e muitos outros podem fornecer as bases para uma educação em valores.

Entre os Direitos Humanos essenciais, podemos listar os direitos à vida, à integridade física e moral, à igualdade, à liberdade de pensamento, de expressão, de reunião, de associação, de manifestação, de culto e de orientação sexual.

16) IBFC 2013:

Ainda para Giddens, a Carta Universal dos Direitos Humanos de 1948:

Contou com a participação de todos os povos e nações

Priorizou direitos econômicos em detrimento dos direitos políticos.

Não reconheceu o direito de propriedade como direito econômico.

Teve como pressuposto a marca ocidental liberal do discurso dominante.

17) CESGRANRIO 2010:

A falta de moradia, de saneamento básico, o desvio das formas ortodoxas de sobrevivência, a fome e a criminalidade mostram o Brasil como uma das sociedades mais desiguais do planeta. Temáticas como "A Vida no Lixão" e "Fome Zero" discutem a pobreza como um(a)

a) fato natural da contemporaneidade
b) fato socioeconômico.
c) legitimação de direitos sociais
d) forma de estratificação racial.
e) transformação cultural.

18) Banca Raphael Reis:

A concepção de modo de produção que é estruturada nas mudanças das forças produtivas que ficaram restritas a uma classe e na relação assalariada como a principal relação de produção é:

a) Modo de produção asiático
b) Modo de produção socialista
c) Modo de produção capitalista
d) Modo de produção feudal
e) Modo de produção comunista

2.2 Gabarito

Questão	Gabarito
1	A
2	CORRETA
3	C
4	C
5	E
6	A
7	D
8	A
9	A
10	B
11	A
12	D
13	D
14	CORRETA
15	B
16	D
17	B
18	C

2.3 Exercícios Comentados

1) IBFC 2013:

Em relação ao objeto e métodos empregados pela sociologia clássica leia as afirmativas abaixo:

I. Karl Marx tem como objeto da sociologia as classes sociais e utiliza o método dialético.

II. Emile Durkheim tem como objeto da sociologia os fatos sociais e utiliza o método da explicação.

III. Max Weber utiliza como objeto da sociologia a ação social e como método a compreensão social

Estão corretas as afirmativas:

a) As afirmativas I, II e III

b) Somente a afirmativa II.

c) Somente as afirmativas I e II.

d) Somente a afirmativa I

Análise: Todas as sentenças são verdadeiras.

I: Para Karl Marx é importante entender a divisão da sociedade em duas classes principais: a burguesia, que detém os meios de produção e o proletariado, que vende sua força de trabalho para os burgueses. Para entender a realidade social lança mão do materialismo histórico (método dialético).

II: Émilie Durkheim defende a objetividade no método sociológico. Para isso, a sociologia deve ser ater aos fatos sociais, que são externos aos indivíduos e impositivos (não depende da vontade das pessoas), além de gerar coerção.

III: Para Max Weber, a sociologia deve compreender as ações sociais dos indivíduos que agem em reciprocidade.

Gabarito: A

2) Quadrix 2017:

Julgue em Certo ou Errado:

Os movimentos sociais possuem caráter público, buscam a atenção do Poder Público e necessitam de ter embasamento legal.

Análise: A questão está correta, uma vez que os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública fazendo pressão nos governos em busca de conquistas. Também são importantes no controle social (fiscalização), contribuindo para a transparência da estrutura pública.

3) AOCP 2015:

Assinale a alternativa que apresenta o conceito clássico de cidadania que está relacionado e deriva da experiência dos movimentos sociais.

a) É a preocupação com a coisa pública.

b) É a conduta democrática.

c) É a titularidade de direitos.

d) É a centralidade do poder.

e) É a prática republicana.

Análise: lembra da concepção de cidadania do emérito pensador Thomas Marshall? Pois é, cidadania é sinônimo de conquistas de direitos, isto é, os sujeitos têm a titularidade de direitos.

Gabarito: C

4) FGV 2014:

O estudo a respeito das classes sociais esteve, desde o início, relacionado ao problema das desigualdades econômicas e de poder. Em O Capital (1867-90), Marx se indaga sobre esta relação: "A questão que imediatamente se coloca é esta: o que é uma classe? A resposta a esta pergunta decorre da que demos a esta outra: o que é que transforma os operários assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras em fatores das três grandes classes sociais?". (MARX apud SANTOS, Theotonio. Conceito de classes sociais. Petropolis: Vozes, 1982.)

Assinale a opção que caracteriza corretamente a posição de Marx a respeito do conceito de classe social.

a) Para Marx, a determinação das classes sociais resulta da investigação sobre o modo de produção.

b) Para Marx, as diferentes classes correspondem a diferentes níveis de renda.

c) Para Marx, o conceito de classe permite explicar as desigualdades de gênero e etárias.

d) Para Marx, a estratificação social tem origem na esfera política.

e) Para Marx, a desigualdade resulta das diferentes inserções das classes no mercado de trabalho.

Análise:

A: de fato, o conceito de classe marxista está relacionado ao posicionamento do indivíduo na produção. Se ele detém os meios de produção (terra, máquinas, fábricas) ele é o burguês (empresário). Por outro lado, se ele só tem a força de trabalho para vender, o sujeito será o proletário (trabalhador).

B: Essa é uma concepção mais economicista liberal (classe relacionada à capacidade de consumo).

C: A abordagem marxista não está preocupada com os debates de gênero ou étnico. Essa preocupação começa com os pensadores denominados pós-modernos.

D: Não. A classe social tem origem na economia, na posição do indivíduo na produção material da existência humana.

E: como vimos, não. Decorre de como os sujeitos estão inseridos na produção de determinado modo de produção.

Gabarito: A

5) Cespe 2017:

No que se refere aos direitos humanos e à sua história, assinale a opção correta.

a) Para evitar embaraços aos países que, embora sejam membros das Nações Unidas, têm governo não democrático, o direito à participação política, direta ou indireta, não foi contemplado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

b) O principal marco na trajetória dos direitos humanos é a Revolução Francesa, pois dela emergiu um documento constitucional que aboliu a escravidão nas colônias francesas e consagrou o sufrágio universal masculino e feminino.

c) Como os direitos humanos são direitos subjetivos, os conteúdos escolares associáveis ao assunto não são passíveis de serem considerados como objetos de avaliação escolar.

d) A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece e expõe dificuldades à adoção das novas tecnologias como ferramentas de ensino, apesar de defender o direito do cidadão de "procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

e) Direitos humanos são aqueles que o indivíduo possui pelo simples fato de existir e ligam-se, na prática, a normas internacionais que protegem os seres humanos de abusos graves de natureza política, legal ou social.

Análise:

A: os direitos humanos são universais e defendem os valores democráticos e de participação política.

B: os direitos humanos têm sua origem na Revolução Francesa a partir da consolidação das ideias liberais, contudo não aboliu a escravidão e nem estendeu sufrágio universal às mulheres. Será a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 que proibirá a escravização, a tortura e reconhecerá o direito à participação política das mulheres, que em diversos países já era fato concreto como na Inglaterra (1918) e no Brasil (1934).

C: essa é uma questão que não tem nada a ver. Os conteúdos de direitos humanos fazem parte de temáticas transversais na educação básica e podem ser alvo de avaliação pedagógica.

D: a Declaração Universal dos Direitos Humanos não trata sobre tecnologias de ensino, mas sim do acesso à informação como um dos princípios da cidadania.

E: correto, uma vez que os direitos humanos são considerados como pertencente a todos e estão estabelecidos em tratados internacionais.

Gabarito: E

6) Exatus-PR 2015:

Viver em sociedade nos institui a cumprir com o papel de cidadão dentre seus direitos e deveres. Viver a cidadania significa:

a) usufruir dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na constituição.

b) significa somente que o indivíduo tem direito a um trabalho.

c) cidadania significa a atitude e o comportamento do indivíduo na sociedade.

d) falar que uma pessoa é cidadã é o mesmo que dizer que ela pode ter lazer nos finais de semana.

Análise: mais uma questão clássica sobre cidadania. Lembre-se: (direitos e deveres civis, políticos e sociais).

B: o direito ao trabalho é um dos direitos sociais.

C: cidadania significa o exercício de direitos e deveres (civis, políticos e sociais) do indivíduo.

D: o direito ao lazer é um dos direitos, mas não o único nem o principal.

Gabarito: A

7) Vunesp 2015:

A Constituição brasileira de 1988, embora com alguns importantes senões, acabou consagrando as teses e tradições nacional-estatistas com um viés favorável às demandas dos trabalhadores e das chamadas classes populares. (Daniel Aarão Reis, Ditadura e democracia no Brasil. Adaptado)

Entre as marcas da Constituição de 1988 que confirmam a afirmação feita no trecho citado, é correto identificar

a) o fim do imposto sindical, até então descontado obrigatoriamente de todos os trabalhadores.

b) a jornada de trabalho de, no máximo, quarenta horas e o pagamento em dobro das horas extras.

c) a inclusão da hipótese de desapropriação sem indenização das terras improdutivas para a reforma agrária.

d) a formulação dos direitos sociais, apresentados como "direito de todos e dever do Estado".

e) a exclusão de todas as formas de participação política dos militares na vida republicana.

Análise: essa é uma questão que requer leitura atenta. A questão pede a alternativa que corrobora com o trecho da visão do historiador Daniel Arão Reis.

A: há a previsão do imposto sindical como garantia.

B: embora a remuneração extra tenha pagamento de 50% em relação a hora normal, a jornada máxima ficou em 44 horas semanais.

C: essa hipótese é com indenização.

E: a exclusão se deu somente aos conscritos (aqueles que prestam serviços militares obrigatoriamente).

Gabarito: D

8) Ufrgs 2012:

Tanto Augusto Comte quanto Karl Marx identificam imperfeições na sociedade industrial capitalista, embora cheguem a conclusões bem diferentes: para o positivismo de Comte, os conflitos entre trabalhadores e empresários são fenômenos secundários, deficiências, cuja correção é relativamente fácil, enquanto, para Karl Marx, os conflitos entre proletários e burgueses são o fato mais importante das sociedades modernas. A respeito das concepções teóricas desses autores, é CORRETO afirmar:

a) Comte pensava que a organização científica da sociedade industrial levaria a atribuir a cada indivíduo um lugar proporcional à sua capacidade, realizando-se assim a justiça social.

b) Comte considera que a partir do momento em que os homens pensam cientificamente, a atividade principal das coletividades passa a ser a luta de classes que leva necessariamente à resolução de todos os conflitos.

c) Marx acredita que a história humana é feita de consensos e implica, por um lado, o antagonismo entre opressores e oprimidos; por outro lado, tende a uma polarização em dois blocos: burgueses e proletários.

d) Para Karl Marx, o caráter contraditório do capitalismo manifesta-se no fato de que o crescimento dos meios de produção se traduz na elevação do nível de vida da maioria dos trabalhadores embora não elimine as desigualdades sociais.

e) Tanto Augusto Comte quanto Karl Marx concordam que a sociedade capitalista industrial expressa a predominância de um tipo de solidariedade, queclassificam como orgânica, cujas características se refletirão diretamente em suas instituições.

Análise: Aqui há uma miscelânea de argumentos dos autores abordados. Comte não acreditava em lutas de classes e nem Marx em consenso. Portanto, podemos excluir as alternativas B e C. Para Marx, os burgueses são os que detém os meios de produção, aumentando as desigualdades entre patrões e operários. Ambos não trabalham com a concepção de solidariedade, conceito esse de Durkheim. Assim, a única alternativa correta é "A" que expressa a ideia de justiça social de Comte, que era só possível na sociedade industrial.

Gabarito: A

9) Vunesp 2018:

A concepção de direitos humanos tem sido alvo de muitas controvérsias em nosso país nos últimos anos, embora o Brasil seja signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa declaração, aprovada pela ONU em 1948, tem como um de seus objetivos propiciar "[...] o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade, a mais alta aspiração do ser humano comum."

(*Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm, Adaptada)

O compromisso assumido pelo Brasil como signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos implica que

(A) as forças nacionais de segurança têm a obrigação legal de respeitar os direitos humanos.

(B) a declaração não se aplica diretamente no Brasil por se tratar de tratado internacional.

(C) a obrigação de respeitar os direitos humanos não se aplica nas ações da Polícia Militar.

(D) as empresas de segurança privada não são obrigadas a respeitar os direitos humanos.

(E) as polícias estaduais Militar e Civil devem respeitar apenas a legislação de seu Estado.

Análise: Os direitos humanos são incorporados em nossa Constituição por meio de vários Tratados Internacionais, nos quais o Brasil é signatário. Logo, todas as instituições e indivíduos brasileiros devem observar a Lei Maior sem exceção.

Gabarito: A

10) Vunesp 2018:

O artigo 1º da atual Constituição Federal brasileira declara, em seus incisos II e III, que a cidadania e a dignidade da pessoa humana são fundamentos da República. Assim sendo, é correto afirmar que

(A) a Constituição Federal do Brasil está comprometida com leis de exceção.

(B) o respeito à cidadania constitui um princípio básico do Estado de Direito.

(C) o princípio de igualdade perante a lei carece de embasamento constitucional.

(D) o princípio do respeito à dignidade da pessoa pode ser relativizado pela lei.

(E) a cidadania proporciona direitos excepcionais em situações emergenciais.

Análise: a Constituição Federal de 1988 completou 30 anos em 2018. Ela é considerada como constituição cidadão, uma vez que ampliou os direitos de vários segmentos sociais, logo expandiu a concepção de cidadania, isto é, o exercício de direitos e deveres. Assim, um dos princípios básicos do Estado Democrático de Direito é a cidade e a igualdade perante a Lei.

Gabarito: B

11) Vunesp 2018:

"A desagregação do regime escravocrata e senhorial ocorreu, no Brasil, sem que se oferecesse aos antigos agentes do trabalho escravo assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho."

(Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. Volume 1, São Paulo: Editora Globo, 2008, p. 29. Adaptado)

Segundo o texto, o processo de abolição da escravatura no Brasil

(A) negou aos libertos o auxílio necessário para que se adaptassem às novas condições sociais.

(B) ofereceu recursos institucionais para proteger e amparar os libertos na nova estrutura social.

(C) impôs aos antigos senhores a obrigação de oferecer boas condições de vida aos libertos.

(D) concedeu aos ex-escravos formação profissional para atenderem o mercado de trabalho.

(E) proporcionou condições para que os antigos escravos fossem inseridos facilmente na sociedade.

Análise: essa questão trata sobre a questão do negro após a abolição no Brasil em 1888. Mesmo livres, não foram incluídos por nenhuma instituição, o que gerou exclusão e a continuidade do preconceito. Ocupavam postos de trabalho subalternos, eram tratados ainda de forma humilhante no campo e não foram inseridos nos trabalhos das fábricas que surgiram na República Velha.

Gabarito: A

12) Fadesp 2017

Os direitos civis, políticos e sociais têm como fundamento teórico

A) a luta pela hegemonia.

b) a liberdade dos grupos hegemônicos.

c) a luta pela dominação econômica, política e social.

d) os princípios da igualdade, liberdade e fraternidade.

Análise: os direitos políticos, civis e sociais têm como fundamento os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, os quais estruturam o Estado Democrático de Direito.

Gabarito: D

13) UFG 2017:

São, respectivamente, direito e dever do cidadão:

A) usufruir de programas assistenciais.

b) Financiar projetos para o bem-estar social.

c) proteger a natureza da ação nociva do homem. Educar e proteger seus semelhantes.

d) votar para escolher os governantes. Ter acesso ao serviço de saúde.

e)) ir de uma cidade para outra, ficar ou sair do país, conforme a legislação para este fim. Proteger o patrimônio público e social do país.

Análise:

A: usufruir de programas assistenciais é um direito (acesso à educação e a à saúde), mas financiar projeto não é um dever. Se fosse pagar impostos que financiam as políticas públicas poderíamos considerar como correra.

B: proteger a natureza é um direito, mas o cidadão não tem o dever de educação. O dever de educar é do Estado e da Família.

C: tanto votar como ter acesso ao serviço de saúde trata-se de direito.

D: a liberdade de ir e vir é um direito e proteger patrimônio público é uma responsabilidade de todos.

Gabarito: D

14) Quadrix 2017:

A divisão social do trabalho apresenta e já apresentou, ao longo da história, diferentes critérios para a sua realização, entre eles as diferenças sexuais. Isso é certo ou errado?

Análise: sim, a primeira forma de divisão social do trabalho foi a de gênero.

Gabarito: Correto

15) IF-RS:

Sobre a temática da Educação para os Direitos Humanos, é INCORRETO afirmar que:

A) Abordar nos projetos educativos temáticas como o trabalho infantil, a exploração sexual de crianças e adolescentes, o atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei e a promoção e defesa dos direitos de pessoas com deficiência são maneiras de se introduzir, no cotidiano das escolas, a preocupação com a ética e com a cidadania.

B) É importante situar as diferenças entre Direitos Humanos e Direitos de Cidadania, uma vez que os primeiros possuem um caráter de universalidade, sem possuir força de lei, enquanto os outros dizem respeito aos direitos e deveres estabelecidos por lei em um determinado Estado.

C) Torna-se fundamental conduzir a discussão sobre o princípio da igualdade que, sendo fundamental para os Direitos Humanos, implica em uma uniformidade entre todos os seres humanos, o que vem, progressivamente, entrando em contradição com a emergência do chamado Direito à Diferença.

D) Documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto dos Idosos e muitos outros podem fornecer as bases para uma educação em valores.

E) Entre os Direitos Humanos essenciais, podemos listar os direitos à vida, à integridade física e moral, à igualdade, à liberdade de pensamento, de expressão, de reunião, de associação, de manifestação, de culto e de orientação sexual.

Análise: é importante ressaltar que a questão pede a INCORRETA. Dessa forma, a única alternativa errada e a letra B. Os Direito Humanos possuem força de Lei, inclusive o Brasil e os demais membros signatários dos Tratados Internacionais incorporam esses princípios em suas respectivas constituições. Ademais, não há como separar direitos humanos e cidadania.

Gabarito: B

16) IBFC 2013:

Ainda para Giddens, a Carta Universal dos Direitos Humanos de 1948:

A) Contou com a participação de todos os povos e nações

b) Priorizou direitos econômicos em detrimento dos direitos políticos.

c) Não reconheceu o direito de propriedade como direito econômico.

d) Teve como pressuposto a marca ocidental liberal do discurso dominante.

Análise: a origem dos direitos humanos é o pensamento liberal político de John Locke, que influenciou a Revolução Francesa, a Carta dos Direitos Humanos de 1948 e nossa Constituição de 1988. Dessa forma, marcar o discurso liberal como dominante no Ocidente.

Gabarito: D

17) CESGRANRIO 2010:

A falta de moradia, de saneamento básico, o desvio das formas ortodoxas de sobrevivência, a fome e a criminalidade mostram o Brasil como uma das sociedades mais desiguais do planeta. Temáticas como "A Vida no Lixão" e "Fome Zero" discutem a pobreza como um(a)

a) fato natural da contemporaneidade

b) fato socioeconômico.
c) legitimação de direitos sociais
d) forma de estratificação racial.
e) transformação cultural.

Análise: a pobreza é um fato socioeconômico gerado pelo processo histórico, portanto não é natural com afirma a alternativa A, muito menos legitima os direitos sociais (esses são criados para diminuir a exclusão). Estratificação racial e transformação cultural não têm nada a ver com a questão.

Gabarito: B

18) Banca Raphael Reis:

A concepção de modo de produção que é estruturada nas mudanças das forças produtivas que ficaram restritas a uma classe e na relação assalariada como a principal relação de produção é:

a) Modo de produção asiático
b) Modo de produção socialista
c) Modo de produção capitalista
d) Modo de produção feudal
e) Modo de produção comunista

Análise: o modo de produção no qual as forças produtivas (meios de comunicação) pertencem a uma classe (burguesia) e cuja as relações de produção são livres e assalariadas é o modo de produção capitalista.

Gabarito: C

CONTATOS COM O PROFESSOR

 Professor Raphael Reis

 Professor Raphael Reis

 profraphaelreis

Para se inscrever na lista de e-mail e receber dicas gratuitas e informes de aulões ao vivo, clique *AQUI*

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.